

ONOMÁSTICA PESSOAL PROFANA NA BAIXA IDADE MÉDIA

SECULAR PERSONAL NAMES IN THE LATE MIDDLE AGES

Júlio Dieguez Gonzalez¹

Resumo: Ao longo da Idade Média, nos países cristãos da Europa, houve uma pressão muito intensa no sentido de se usarem só nomes cristãos para batizar os recém-nascidos. Entendia-se por “cristãos” os nomes dos santos porque eles eram tidos como advogados do novo membro da Igreja para o conduzir no caminho da Salvação. No entanto, existem outras fontes que proporcionam nomes que não correspondem a esse inventário; a mais importante é a literatura: os nomes dos heróis e heroínas que povoavam os textos de ficção e que competiam com os nomes dos santos para denominar os novos membros da comunidade quando eram batizados. Neste artigo — advindo de uma pesquisa documental de abordagem qualitativa, natureza básica e objetivo exploratório — examina-se quais são as fontes literárias que dão origem a nomes de pessoa usados por sujeitos autênticos na região da Galiza e no Reino de Portugal. Dividem-se em quatro grupos: (1) nomes da épica francesa: Guilherme, Vívão, Oliveiro, Rolão, Valdovinho e outros; (2) nomes da matéria artúrica: Artur, Genebra, Lançarote, Galvão, Boorz, Galaad e mais; (3) nomes do ciclo de Amadis de Gaula, tais como Gallaor e Briolância; e (4) nomes da matéria de Troia: Heitor, Troilos, Palamedes, Helena e Policena, dentre outros.

Palavras-chave: Antroponímia. Hagionímia. Ciclo Artúrico. Épica Medieval. Romances de Cavalaria.

Abstract: Throughout the Middle Ages, in Christian countries of Europe, there was intense pressure to use only Christian names to baptize newborns. “Christian” names were understood to mean the names of saints because they were considered advocates for the new member of the Church, guiding him or her on the path to Salvation. However, other sources provide names that do not correspond to this inventory; the most important is literature: the names of heroes and heroines that populated fictional texts and competed with the names of saints to name new members of the community when they were baptized. This article—resulting from a qualitative documentary research, basic in nature and exploratory in objective—examines which literary sources give rise to personal names used by authentic subjects in the region of Galicia and the Kingdom of Portugal. They are divided into four groups: (1) names from French epics: Guilherme, Vívão, Oliveiro, Rolão, Valdovinho and others; (2) names from the Arthurian Matter: Artur, Genebra, Lançarote, Galvão, Boorz, Galaad, and others; (3) names from the Cycle of Amadis of Gaul, such as Gallaor and Briolância; and (4) names from the Trojan Matter: Heitor, Troilos, Palamedes, Helena, and Policena, among others.

Keywords: Anthroponymy. Hagionymy. Arthurian Cycle. Medieval Epic. Chivalric Romances.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Compartilha Igual 4.0 Internacional

¹ Professor Titular da Universidade de Santiago de Compostela. Doutor na área de Filología Gallega y Portuguesa. E-mail: julio.dieguez@usc.es.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Os nomes pessoais de inspiração laica usados na Baixa Idade Média constituem um aspecto da história cultural que exemplifica bem a necessidade de distinguir a motivação na selecção dos nomes do que não passa de ser a sua base linguística original. Na maior parte deles a segunda parece ter ficado obscurecida desde muito cedo — daí as dificuldades para o esclarecimento das suas etimologias.

É bem conhecido o processo medieval de progressiva cristianização do inventário de antropónimos disponíveis para baptizar os recém-nascidos. Carecemos de informações explícitas sobre as dinâmicas de difusão e legitimação social das preferências onomásticas, e o tipo de relação que pode ter havido com as correntes culturais do momento.

Os nomes pessoais provenientes de fontes literárias constituem um conjunto de interesse notável. Num importante número de casos devem ter existido durante um longo período como puramente fictícios, até que num dado momento, em circunstâncias favoráveis, teve lugar a transferência para o *corpus* dos nomes pessoais. Há também alguns que devem ter sido usados como nomes pessoais antes de terem sido associados a personagens literárias que o que fazem com frequência é vesti-los de novas conotações, diferentes das que tinham estado associadas ao nome pessoal primitivo.

Ao lado das correntes culturais de base religiosa estão presentes na sociedade baixo-medieval outras de carácter laico a que se associam valores autónomos que a Igreja busca neutralizar ou cristianizar: os conflitos entre a lealdade feudal e o dever de obediência ao papa são um bom exemplo da luta de certos setores sociais por manter um sistema de valores autónomo em relação ao código moral da Igreja. A literatura oral e escrita será um poderoso meio de afirmação e difusão destas tendências, e também a base que confere aparência humana, enquanto personagens literárias, a seres que encarnam valores alternativos aos defendidos pela instituição eclesiástica.

O impulso que deu lugar a que os nomes literários fossem aplicados a seres humano terá sido o desejo, mais ou menos explícito, de atrair sobre o recém-nascido a boa fortuna e qualidades superiores dos entes cuja denominação lhes era atribuída. Interessa, por isso, apurar em que momento o nome de um ser mítico, fictício, se converte em antropónimo real e efetivo, e qual o impulso de ordem cultural ou sociológica que dá lugar a esse facto. A permeabilidade do *corpus* a este tipo de nomes terá sido maior numas épocas do que noutras, mas como regra geral parece poder afirmar-se que o estamento nobiliárquico terá sido o que mais decididamente

impulsionasse a imposição de nomes literários a recém-nascidos: sobretudo devido à fascinação pelos ideais do código da “cavalaria”, que parece ter crescido à medida que, aproximando-se o fim da Idade Média, se diluíam as condições de ordem sociológica que o tinham visto nascer. A instituição eclesiástica terá tido uma posição crescentemente hostil ao costume, que em certas épocas e âmbitos terá sido mesmo moda, de baptizar os descendentes com essa classe de nomes; a norma de que na eleição só se devem admitir os do santoral cristão e não outros terá sido estabelecida com carácter geral pelo Concílio de Trento, mas com anterioridade deve ter existido legislação canónica sobre este assunto promulgada por bispos e sínodos nalgumas dioceses. Assim, na carta que o bispo de Ourense D. Francisco Manrique de Lara dirige aos clérigos da sua diocese que em número de oitocentos se congregaram no Sínodo de 1543-1544, portanto em datas anteriores à daquele grande acontecimento eclesiástico, manda-se:

Quando baptizades mirad mucho en las palabras formales, que son Ego te baptizo in nomine + Patris et + Filii et + Spiritus Sancti amen, que las digais juntamente echando el agua o metiendo la criatura en ella de manera que la palabra se junte con el agua. Escrevid en vuestro libro el día que baptizais a cada uno e en el mesmo libro poned el nombre de los padrinos e madrinas que lo tuvieren a la pila porque se sepa el parentesco espiritual, e poned el día, mes e año [...] E no consintais que el varon lleve mas de dos padrinos e una madrina que le toque a la pila, e la hembra dos madrinas e un padrino. E ponedle los nombres de los sanctos e sanctas que estan en el cielo, porque se les deis por abogados, e no Hector no Roldan ni otros que haveis acostumbrado a les poner. (A. García y García 1981 I, p. 153).

1 NOMES DA ÉPICA FRANCESA

Os nomes de motivação literária foram, desde diferentes perspetivas, um campo privilegiado da investigação onomástica, sobretudo porque constituem uma fonte valiosa de informação sobre a cronologia da difusão de cada uma das obras e ciclos nos diferentes reinos: permitem observar pelos efeitos sociológicos a acção das ondas de difusão cultural, detetar os pólos irradiadores e verificar quais são as sociedades receptoras, miméticas culturalmente em relação aos primeiros. A este respeito parece provável que tenha sido o ciclo épico francês de *Guillaume* o que tenha deixado os vestígios mais antigos, se forem autênticos, na onomástica pessoal galego-portuguesa. J. L. Pensado (1991, p. 317) considera que um *Iohanes Petri*, com o sobrenome de *Galafre*, que se regista num documento do séc. XII do *Tombo* de Sobrado dos

Monges, o teria recebido do gigante rei mouro daquele ciclo épico². A palavra teria passado à língua comum com o significado de “glutão, comilão”, (com este valor regista-se no vocabulário galego de Valadares de 1884), e aparece nas Astúrias em época moderna com o de “esperto, arteiro, matreiro, astuto”. Outras personagens desse ciclo têm nomes que, embora tenham sido usados na Galiza com anterioridade à chegada da lenda ou das suas manifestações literárias, parece provável que se tenham popularizado até atingir níveis importantes de frequência por motivos desta ordem. Assim acontece, por exemplo, com *Guilherme*, *Viviam* e talvez outros. O primeiro surge no âmbito galego-português já em época antiga (é de origem germânica e já em 963 há um bispo de Coimbra de nome *Vilelmus*), mas parece ter-se estendido mercê da difusão das lendas do ciclo que teria dado origem à *Chanson de Guillaume*³. Idêntico parece ser o caso de *Viviám*, o herói sobrinho de *Guillaume*, que acha eco já no século XII como nome de pessoa nos documentos galegos: há um *Viviam* filho de *Maria Froile* de 1165 (J. L. Pensado, 1991, p. 317). Na época baixo-medieval estes nomes e os correspondentes patronímicos são bastante usados, mas provavelmente já se teria perdido a consciência de associação à lenda e a personagem literária que teriam motivado a sua popularidade.

Os mais antigos textos da épica francesa tiveram, como se sabe, uma difusão plenamente verificada no âmbito ibérico, e isso por meio da literatura popular (através de lendas e romances dessa temática), mas também através de narrativas históricas que incorporáram as personagens e argumentos da épica francesa ao âmbito dos seres e sucessos memoráveis que mereciam perdurar na lembrança⁴. O achado documental mais interessante neste campo é a nota emilianense editada e comentada por Dámaso Alonso (1972b, p. 236-244) em que aparecem referidos como cavaleiros de Carlos Magno “*rodlane, bertlane, oggero spata curta, ghigelmo*

² A pessoa que tinha o sobrenome figura em documentos de 1152, segundo refere o estudo de Boullón Agrelo (1994, p. 293). Considera que a alcunha procede do catalão *galafre, golafre*, “glutão”; aparece também como antropónimo em documentos catalães de 1028.

³ O facto de ter-se fixado o nome com a forma própria da Língua de Oc poderia fazer pensar que a sua difusão poderia ter-se produzido por causa da imigração de pessoas desta origem, sem que tenha relação com a lenda de Guillaume e as suas manifestações literárias; mas um interessante artigo de Dámaso Alonso, a que voltaremos a fazer referência, aponta exatamente na direcção contrária (veja-se Alonso, 1972, p. 244-247).

⁴ É claro que, quanto à onomástica pessoal, é no âmbito galo-românico onde se encontram os mais antigos testemunhos da popularidade dos nomes dos heróis que pelo seu valor se tornaram em símbolo de virtudes veneráveis. Assim, num documento bearnês de 1046 figuram como testemunhas “*Olivarius de Arbocava et Rollandus frater ejus*”; noutro de 1091, de Saint Nazaire, assinam também os irmãos *Olivarius* e *Rotlandus*; entre 1082 e 1106 um pai, autorizado pelos filhos *Oliverius* e *Rotlandus*, faz uma doação à abadia de Saint-Aubin d’Angers; uma doação a uma igreja de Brioude de entre 999 e 1031 é assinada por três testemunhas, duas das quais se chamam *Oliverius* e *Rodlandus*, que provavelmente fossem irmãos ou parentes. Também aparecem associados os dois antropónimos num documento catalão de 1145 em que figuram “*Olivario, presbitero, et frati suo Rodlando Olivario*” (Alonso, 1972b, p. 229-230). Segundo aponta, estes dados têm uma importância decisiva para esclarecer a formação da lenda de Roldão; por palavras suas, “tenemos prueba documental de que junto al Roland legendario pero de fondo histórico, había surgido ya en la primera mitad del siglo XI, su compañero Olivier, totalmente legendario”. (Alonso, 1972b, p. 230).

alcorbitanas, olibero, et episcopo domni torpini”, em que por uma parte se prova a difusão no âmbito hispânico da lenda de Roldão, e por outra se testemunha um relacionamento desta lenda com o mais antigo ciclo épico francês, o de Guillaume: *ghigelmo alcorbitanas* nom é outro que *ghigelmo alcorb nes*, ou *curbi naso*, o protagonista da *Chanson de Guillaume*. O texto dessa glossa dá motivo para outra hipótese, como é a de supor que, muito provavelmente, os nomes *Beltrâm* e *Guilherme* foram usados nos reinos cristãos da Península com plena consciência da sua origem e referência literária. Entre os nomes deste ciclo que deram lugar a antropónimos podemos citar Oliveiros, Montesinhos⁵, Valdovinhos⁶, Rolã e Ouger, que se regista como sobrenome.

A denominação do cavaleiro *Olivier* procede do substantivo comum *oliva*. Segundo se viu, a personagem surge associada à de Roldão desde o início da lenda. *Oliva* aparece também como antropónimo feminino: *Oliva Romina*⁷. Num documento castelhano de 1339 figura uma

⁵ Segundo assinala Menéndez Pidal (1954, p. 56), referindo-se ao romanceiro castelhano, “Montesinos es un héroe peculiar de nuestros romances; a pesar de pertenecer a la leyenda de Carlomagno no es conocido este personaje en la literatura francesa”, embora seja uma derivação do cantar de gesta francês do séc. XII *Aiol et Mirabel*. Montesinhos, chamado assim por ter nascido num monte, estava casado com Rosafiorida, senhora do castelo de Rocaforda, popularmente identificado com umas ruínas próximas à cova de Montesinhos que D. Quixote fez famosa. Nalguns romances este cavaleiro é primo e grande amigo de Durandarte, nome que originariamente era o da espada de Roldão, mas que um poeta de romances converteu em herói, morto também em Roncesvales, enriquecendo a invenção com o sangrento legado que faz ao morrer, talvez inspirado em *Amadis*, que encarrega um escudeiro de que à sua morte lhe tire o coração e o leve à sua senhora Oriana. Em 1315 regista-se um *Montesino Perez* em terras de Viana, onde, como nas terras vizinhas de Valdeorras, “parece pervivir mejor la memoria de las hazañas realizadas en Galicia y en toda España por el gran emperador Carlomagno y por sus compañeros los doce pares de Francia”, em palavras de Garcia de Diego recolhidas por Ferro Couselo (1953-1954, p. 5). O nome deriva de um adjetivo comum; O *Livro de Linhagens do Conde* atribui a D. Pelaio, o primeiro rei das Astúrias, este sobrenome (Mattoso, 1980 I, p. 104). Como patronímico ou apelido aparece também em documentos notariais da Galiza: *Iohannis Petri dictus Montisino* [testes] (1261 Abril 13; A.C.O., Monásticos, nº 875); *Johan Perez Montesino* (1320; Tombo B da Catedral de Santiago, fol. 81 e ss., *Colección diplomática de Galicia Histórica*, I, 1901, p. 359-369.); *Fernan Montesino* (1363 Fevereiro 21; A.H.U.S.C., Pergaminhos, nº 220); *Vasco Ferreiros Montesino* (1421 DH3 57).

⁶ Valdovinhos foi uma personagem muito famosa de romances da matéria carolíngia. Num documento dado pelo rei português Afonso Henriques em 8-7-1128, na cidade de Braga, escrito, segundo nele se indica, por “*Petrus Leuita*”, o monarca faz doação a “*Ualdiujno, abbati Beate Marie de Monte Ramj*” de uma herdade “*jñ couito nominato Ribeira de Solar*” (R. Lorenzo 1997, p. 136). Na colecção documental de Osseira há um *Baldovin* em 1173 Janeiro 13; A.H.N., 1510-1512. Rivas Quintas (1991, p. 118) cita também um *Baldovinos*, nome de homem, em Portugal em 1185, recolhido por A. Cortesão. O nome é de origem germânica, de *bald*, *balth* “ousado” e *win* “amigo” (Rivas-Quintas 1991, p. 118), muito abundante nos países saxónicos mas escassíssimo na Península Ibérica: de facto, das duas pessoas anteriormente referidas, a primeira, abade do mosteiro ourensano de Monte-de-Ramo, terá sido muito provavelmente de origem francesa, tendo em conta a grande quantidade de pessoas desta origem que nessa época ocupavam nos reinos cristãos peninsulares os principais cargos eclesiásticos. Em Portugal, no século XV, regista-se também o que provavelmente é um apelido procedente deste nome num alto dignatário da Igreja, oriundo da Itália: Dom frei Justo Baldino, bispo de Valença do Minho (1478-93), quem sendo religioso dominicano, subdiácono de Pádua, cônego da igreja de Santa Maria de Agacomitis, na diocese de Utreque, foi chamado pelo rei Afonso V para escrever em latim a história de Portugal (*Synodicon-Hispanum*; García; García, 1981, II, p. 447).

⁷ 1328 Setembro 16; A.H.N. Cód. 416B, fol. 68v. “*Acta notarial por la que reconoce el derecho de Teresa Pérez sobre la cuarta parte de la casa y cortina que habita*” (cf. Portela-Silva; Garcia-Oro, 1997, p. 359, nº 247).

pessoa chamada “don Oliva”: Domingo Perez, ffilho de don Oliua⁸. Em 1362, sendo bispo de Ourense D. João Garcia Manrique, era arcediogo de Castela, nessa diocese, um *Oliveros Vifranqui* (Ferro-Couselo 1953-54, p. 9). O sobrenome faz acreditar que fosse de origem forânea. Do século seguinte é *Oliver Marçal*, que surge num rol de cidadãos e moradores da vila da Corunha num documento de 1440⁹. Sabemos também que *Oliveiros* foi bastante usado no século XVI; Ferro Couselo (1953-1954, p. 6) identificou os seguintes: *Oliveiros Perez*, vizinho de Vilaça em 1545; *Oliveiros Salgado*, abade de Castrelo de Val, em Verim, que falece em 1553; *Oliveiros de Moreda*, que morava em Pereiro de Aguiar em 1587.

Num documento português de 1299 surge o que parece ter sido um possível patronímico aposicional do nome Ouger¹⁰: ...a par de dō filipe e de domjgos ouger... (1299 CHP, p. 144).

Talvez tenha relação com “oggero espada curta” dos poemas épicos: o achado documental mais interessante neste campo é a nota emilianense editada e comentada por Dámaso Alonso (1972a, p. 236-244) em que aparecem referidos como cavaleiros de Carlos Magno “*rodlane, bertlane, oggero spata curta, ghigelmo alcorbitanas, olibero, et episcopo domni torpini*”, em que por uma parte se prova a difusão no âmbito hispânico da lenda de Roldão, e por outra se testemunha um relacionamento desta lenda com o mais antigo ciclo épico francês, o de Guillaume: *ghigelmo alcorbitanas* nom é outro que *ghigelmo alcorb nes*, ou *curbi naso*, o protagonista da *Chanson de Guillaume*.

Num documento castelhano de 1231:
don Oger [de sant Andre□~] (1231 Cuenca, DLE 317).

No *Tombo de Sobrado dos Monges* há um documento de 1215 em que confirmam a renúncia a uma demanda contra os monges de Sobrado um *Rotolandus Petri* e um *Petrus Rotolandi*¹¹. Numa data anterior regista-se um *Iohannes Rolan* num documento do Tombo de

⁸ 1339 Dezembro 5; A.H.N., Santa Clara de Alcocer-Guadalaxara, cf. Menéndez-Pidal 1919, p. 434-435, nº 325); o documento em causa contém um contrato de arrendamento de um moinho a certas pessoas, “auos Yuaes Martin de Valdoliuas τ a Domjngo Fferrandez, uueftro ffilho, τ a Pero Martin, uueftro yerno...”; o topónimo Valdoliuas e a presença do nome pessoal Oliva fazem pensar que aquele possa ter surgido de um antropónimo tornado nome de família que se tenha conservado simultaneamente como designativo individual.

⁹ Editado por López Ferreiro (1898-1909); figura no apêndice documental do vol. VII, p. 74.

¹⁰ Há uma forma que pode corresponder a um patronímico deste nome, caso não exista erro de leitura de <u> por <n>: Pedro Ouguel (1477 PE 41). Quanto à forma “Ougel” deve-se lembrar que são frequentes nas edições documentais as transcrições como “u” de letras que necessariamente têm de ser “n”, como é o caso de “Audreu”, que tem de ser “Andreu”, e que aparece várias vezes em RA. Cf., também: Augel laici ts (1217 OS1 171); Iohanne Dominici dicto Angelo (1218 Março; A.H.N., I.513/11); Angel Martinz de Bagarellas (1273 Setembro 23; A.C.O., Monásticos, nº 1.101); Ongel-Pelaez, escrivão (1297 DG 48); Angel Eanes Urdas (1300 DH2 74).

¹¹ Loscertales, P., *Tombo de Sobrado de los Monjes*, Madrid, 1976, II, p. 415; citado por Pensado-Tomé (1991, p. 316).

Samos de 1195¹². O nome é de origem germânica, composto de *hrod*, “vitória” e *land*, “terra”, mas não há dúvida de que chegou à Galiza através da épica francesa.

Na tradução do Pseudo-Turpin (fins do XIII ou começos do XIV) o nome de *Rolam* aparece romanceado como *don Rulan*. Nos *Miragres de Santiago* a forma é *Rulan*¹³. Tudo faz pensar que *Rolam*, *Rulam* são as formas galego-portuguesas do nome, enquanto *Roldam* (>*Roldão*) deve ter sido introduzida, tanto na Galiza como em Portugal, a partir da correspondente castelhana¹⁴.

Num documento de inícios do século XIV encontra-se a seguinte forma antropotoponímica, que atesta um uso anterior como antropónimo: *et a quarta da casa de Rolam que e na friigresia de Lesom* (1305 OS2 1327).

Em documentos da colecção diplomática de Santa Maria de Ferreira de Pantom encontram-se dois portadores de possíveis patronímicos, ou talvez de um apelido linhagístico surgido do antropónimo: *Diego Rollán*: “cortina que sarrou *Diego Rollán*”, “gándera que iaz a par doutra de *Diego Rollán*” (1290 Fevereiro 15; A.F.P. 1/18). *Iohán Rollán*, <numa lista de testemunhas> (1303 Março 22; A.F.P. 1/26).

Em Portugal um “*Rolam Perez*” aparece como testemunha numa procuração do concelho de Numão de finais do reinado de Fernando I, provavelmente de 1380, segundo se deduz do conteúdo do documento: “Auñremos por nosa Raynha a jffante dona Beatriz fylha primeira E erdeira do Mujto Alto e poderoso príncepe Dom fernando pella graça de deus Rey dos dictos Reynos noso Senhor e da Raynha dona ljonor sua molher nosa Senhora” (*Cortes Portuguesas. Reinado de Fernando I (1367-1383)*, Volume I (1367-1380), I.N.I.C., Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa 1990, p. 183). Também na Galiza: segundo informa Ferro Couselo (1953-1954, p. 10) em finais do século XV viveu um *Roldám da Barja*, morador em Veigas de Camba. Nos documentos dos nossos *corpora* figuram-se dois, um deles de origem francesa, a julgar pelo sobrenome: *Rollán Francés* (1456 VF2 304). O outro figura num documento das Notas de Alvaro Perez de Pontevedra, “escruiano de tierra de Rianjo e

¹² Referido por Boullón-Agrelo (1994, p. 460).

¹³ Com variantes gráficas *Rrulan* (13 vezes), *Rulan* (uma vez), *Rrulam* (quatro vezes), *Rrulã* (11 vezes) e *Rulã* (duas); veja-se Pensado-Tomé 1958.

¹⁴ Por isso acredita J. L. Pensado que o *Roldão* a que se refere o bispo de Ourense D. Francisco Manrique de Lara, a que se fez referência, procede de Castela, o mesmo que o *Hector*, que também cita, que até conserva o grupo CT. Aponta também a hipótese de que se estivesse a referir, no caso de *Roldão*, não a um nome pessoal, mas a uma alcunha: “*Rolam* era un apodo, no sólo usado en el gallego sino también en el portugués desde el siglo XV, y en el siglo XVI, el habla jergal castellana conoce también el mismo empleo para *Roldán*, que se hace sinónimo de «valentón»”. (Pensado-Tomé, 1985, p. 79).

Postomarcos”¹⁵: “En San Tomé do Mar, quatro días de janyro. Deu seu poder cõprido Vasco Rodrigues, morador ãno dito porto, a Roy Bouçón [...] os CCL moraidís vellos, qu’el deuja a Rrolã, morador ãno dito porto...” (Tato-Plaza 1999, p. 98, n. 4). Mas desde épocas muito antigas Rolam aparece como sobrenome, sendo provavelmente apelido linhagístico: *Johan Rrolan de Parada* (1318 DH1 12); *Johana Rolan* (1318 DH1 12); *Gomes Gonçalves Rollan procurador do concello de Ourense* (1487 Maio 22; A. H. P. O. C-1/56 Ayuntamiento de Orense).

2 NOMES DA MATÉRIA ARTÚRICA

A difusão da matéria artúrica na Península Ibérica deve ter-se produzido desde muito antes de que em 1170 o rei de Castela Afonso VIII se tivesse casado com Leonor de Inglaterra, que até há pouco se dava como data mais provável de chegada dos textos das histórias dos Bretões aos reinos peninsulares, pois supunha-se que isto teria dado ocasião à divulgação da *Historia regum Britanniae*, de cujo conhecimento há vestígios no *Fuero General de Navarra* (1196), nos *Anales Toledanos Primeros* (1217) e na *General Estoria* de Afonso X (Cacho-Blecua, 1991, p. 32). Sabe-se agora que o conhecimento desse ciclo é muito mais antigo: Hook (1996, p. 135) aponta vários elementos esclarecedores, como uma escultura da catedral de Santiago de Compostela do primeiro quartel do século XII relativa à história de Tristão, para além de alusões literárias já na segunda metade. Quanto à antroponímia enumera quarenta e três sujeitos peninsulares entre 1136 e 1300 com nomes provenientes da matéria artúrica, entre os quais os mais antigos são um *Martim Galvam* de 1136, um *Artus* de 1151, um *Galas* de 1156, um *Guilhem Artus* de 1167 e um *Cipriam Galvam* de 1178 (Hook, 1996, p. 139). Deve salientar-se nesse catálogo a presença de um *Merlinus* num documento português de 1190¹⁶; outro portador figura num documento do mosteiro de Sahagun da segunda metade do século XIII (Hook, 1996, p. 142¹⁷). Acrescentemos que num documento português de 1118 entre os filhos de *Odoário* ou *Oeiro Guedaz*, um representante da alta nobreza da época, registam-se dois que tinham os nomes, respetivamente, *Rolam* e *Galvam*¹⁸, o que nos obriga a antecipar em bastantes

¹⁵ No frontispício figura esta indicação respeitante ao local e data de redacção do texto: “Rianjo y Postomarcos. Registro y notas que passaron ante Alvaro Perez de Ponteuedra, escriuano de tierra de Rianjo e Postomarcos, començado en el año de 1457” (Cf. Tato-Plaza 1999, p. 91).

¹⁶ Cf. Azevedo, R. de, Costa, A. J. da, Pereira, M. Rodrigues (1979), *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*, I, Centro da História da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 69, nº 44, de 27 de Julho de 1190.

¹⁷ Para além dos documentos notariais há testemunhos da difusão deste ciclo em fontes historiográficas e literárias: sabe-se, por exemplo, que um dos homens que acompanhavam o rei Sancho IV chamava-se *Lançarote Garcia*; no *Livro de la caza* do castelhano D. Juan Manuel o autor fala de dois falcões chamados *Lançarote* e *Galvám* respetivamente (Cacho-Blecua 1991, p. 32).

¹⁸ Mattoso (1982, p. 220) dá a seguinte informação deste Odoário Guedaz: “Comecemos em D. Gueda o Velho, que vive no fim do século XI. É seu filho Odório Guedaz, documentado em 1116 e 1118, com bens importantes

anos as datas indicadas pelo autor para os primeiros testemunhos da onomástica artúrica peninsular¹⁹. Os nomes pessoais tomados dos personagens deste ciclo formam, com grande diferença, o grupo mais numeroso entre os de motivação literária.

Broos, do nome do cavaleiro *Boorz de Gaulnes* (no texto galego-português da *Demanda do Santo Graal* figura sempre o nome da personagem *Boorz de Gaulnes* com esta forma gráfica), é um dos vassallos do Rei Artur que, com Galaaz e Perceval, partem na procura do Santo Graal. São eles os três cavaleiros eleitos de Deus, a quem lhe será outorgado assistirem aos mistérios do Santo Cálice. *Boorz* ou *Boors* é o tipo de homem que pecou e que todavia se reabilita pela dureza heróica do seu próprio esforço. A penitência pelo seu pecado de luxúria é tam rigorosa que os próprios religiosos se espantam da sua severidade: em cinco anos de castigos só três vezes dormiu no seu leito. No *Recuento...* de Vasco de Aponte figura um cavaleiro galego com este nome: *Broos Pardo* (Aponte, 1986 p. 133), um dos “principales” da casa de Fernão Peres de Andrade (chefe desta casa de 1442 a 1470, cf. Garcia-Oro, 1981, p. 133-137), companheiro de outros bem conhecidos, “*Pedro de Párraga, padre de Fernán Pérez Parragués [...]; Alonso de Lançós [...]; Pedro Pardo, mariscal...*”, e entre eles “*Broos Pardo, con siete o ocho de a cavallo, pocos vasallos; mandaba mucho en Betanços*”.

Galaaz é o grande protagonista da *Demanda do Santo Graal*. É o cavaleiro perfeitamente casto que teve o privilégio de descobri-lo, junto com Perceval e Boorz de Gaulnes. Representa e simboliza o ideal da cavalaria ao serviço de Deus. Da especial atracção que exercia a sua figura temos um testemunho singular na *Cronica del rey Dom Joham I*, de Fernão Lopes, concretamente na narração biográfica dos anos juvenis de Nuno Álvares Pereira: *NunAllvarez aallem de seer a todos mesurado de sua natureza era o muito mais a seu padre e muito mandado e obediemte [...] ca elle em esta sazom era de pequena hidade, e todo seu cuidado nom era, salvo trazersse bem, ssi, e os seus; desi cavalgar a môte e a caça, nom entemdendo em amor de nehuûa molher, nem tamsoomente lhe viinha per maginaçom; mas*

em Chaves, e numerosos filhos, dos quais uma casou com Soeiro Pais Correia, ascendente do célebre mestre da Ordem do Hospital [...] É muito curioso verificar que dois dos filhos de Odório Guedaz, a quem depois se perde completamente o rasto, se chamam Rolão e Galvão, o que mostra claramente a influência que a épica francesa já exercia neste extremo da Europa como tivemos ocasião de salientar”.

¹⁹ No documento lê-se: “Ego famula Dei Aragunti Gomice una cum filiis vel filiabus meis Marina, Urraca, Petro, Menendo, Maior, Rolam, Galvam, Flamua, Gomize, cartulam testamenti facimus pro remedio anime domni Odarii Guedazi Deo et Sancte Marie Bracarensis ecclesie et domno Pelagio Bracarensi archiepiscopo successoribus-que vestris et clericis ibi commorantibus villa Faiones integra exceptis illa parte de Menendo Guedazi et de Elduara Valasquici”, A. J. da Costa, *Liber Fidei Sanctae Braccarensis Ecclesiae*, Tomo II, Assembleia Distrital de Braga, Braga 1978, doc. 404, p. 144. O documento não tem data, assinalando o editor o período 1118-1138 pra a sua redacção por ser esse o do episcopado de D. Paio Mendes, o arcebispo de Braga nele mencionado. Pelo documento 408 (p. 146, vol. II do *Liber Fidei*) verifica-se que Odório Guedaz ainda é vivo em 1118; o doc. 404 é posterior, e parece ter sido elaborado em datas imediatamente posteriores ao seu falecimento.

liia ameude per livros destorias, espeçiallmente da estoria de Gallaz que falla da Tavolla Redomda. E porque em ellas achava, que per virtude de virgiidade Gallaz acabara grandes e notavees feitos, que outros acabar nom podiam, desejava muito de o semelhar em alguûa guisa; e muitas vezes cuidava em ssi, de seer virgem se lho Deos guisasse (Braamcamp-Freire, 1977, p. 60). O nome parece ter a sua origem na francês medieval *Galaads* ou *Galahads*, talvez relacionado com o topónimo hebreu *Galaad*, *Galead*, nome bíblico de um neto de Manasés, que quer dizer “acervus testimonii”, isto é, “o que dá testemunho da verdade”. Só se registou um, morador na cidade de Ourense, da segunda metade do século XV: “Galaz Lopes criado de Roy de Camba juiz” (1487, VF2, p. 222). No século XVI é usado em Portugal: no *Livro do lançamento* (Gonçalves, 1973-1974, p. 30) aparece um portador.

Galeot (*Galeote*, *Galiote*), a mitologia artúrica *Galahot*, é o senhor das Ilhas Longínquas, caraterizado pela sua extraordinária força e elevada estatura, além do seu espírito conquistador, que o levará a invadir o reino de Logres, mas a sua admiração por Lançarote fá-lo-á abandonar o seu intento e converter-se em vassalo do rei Artur e cavaleiro da Távola Redonda (Alvar, 1991, s. v.). Na *Demanda do Santo Graal* portuguesa (Piel, 1988) aparece referido como *Galeote*, *Gale[o]ti* e *Gale[o]t*, *Galeote*, p. 473 e 474 (cap. 709), *Gale[o]ti*, p. 473 (cap. 708) e *Gale[o]t*, p. 476 (cap. 713). J. P. Machado (1984, s. v.) considera o antropónimo de origem francesa e procedente do nome comum “galeote”, mas parece não ter tido em conta a caraterística de ter sido difundido por via literária. Em meados do século XV há na corte portuguesa de Afonso V um cavaleiro com esse nome, *Galiote Pereira*, que esteve na batalha de Alfarrobeira (1449) onde lutou no partido do monarca (Baquero Moreno, 1980 II, p. 915-916). Em atenção aos serviços prestados a D. Joám I, a D. Duarte e ao próprio Afonso V foi nomeado em 1447 alcaide-mor de Castelo Mendo, e posteriormente de Lisboa. Suspeitamos que o uso do antropónimo na Galiza é muito mais antigo: Frateschi Vieira (1999, p. 86-87) refere um “Palaote” mencionado como mordomo do magnata D. Rodrigo Gomez de Trastámara na vila de Ambroa em 1240; o documento em causa diz: “Dominus rodericus gomez tenens terras videlicet: trastamar, Montem Nigrum, et Montem rosum. Maiordomus eius in eadem villa de ambrone: palaote” (1240 DH3, p. 183-184); parece provável que se trate de um erro de transcrição e que deva ler-se Galaote. Também se chamou assim um filho bastardo de Sancho de Ulhoa, primeiro conde de Monte Rei, citado no seu testamento de 1480, no qual o encomenda à condessa sua esposa, pedindo-lhe que o tenha como criado e servidor: *Iten mando perdon á mi Sra. mi madre que por ms veces le he sido desovediente [...] e depues de sus dias los vasallos de los dhos. Coutos mando que den a mi hijo Bastardo Galaothe, é que sea clerigo*

é despues de sus dias que queden a mi unibersal here [...] Y ansí pido aya encomendado á mi fijo bastardo Galaot, é que lo tenga p.r criado é servidor (1480 DH1 108, p. 308, 311).

Galvão, sobrinho do mítico rei Artur, na *Demanda do Santo Graal* representa o espírito da cavalaria mundana, sendo por isso a antítese de Galaaz. A sua figura tem duas vertentes contraditórias: é a flor da cavalaria, o sobrinho predileto do rei Artur, mas também é frívolo e débil perante os atrativos femininos, incapaz de ocultar o seu verdadeiro nome e de ser fiel e firme no amor das damas; é também mundano e irreligioso: em 14 anos só se tinha confessado uma vez²⁰. O nome parece ter procedido do bretão *Gwalchmei*, “gavião de Maio”, adaptado ao francês antigo como *Gauvain*, cf. J. P. Machado 1984, s.v., que refere um portador português num documento de 1220, nas *Inquisitiones*, p. 165. Todavia, Rivas-Quintas (1991, p. 178) opina que *Galvam* deve ter sido apócope de *Galvanus*, provavelmente patronímico de *Galba*, nome romano. Só o encontramos uma vez como nome pessoal: “Galuan sacerdotem”, num documento de 1208 do mosteiro de Arouca²¹; mas é frequente como *sobrenome*; assim, num documento castelhano de 1223: “Regnant el rej don Ferrando con la regna dona Beatriz en Toledo □ en Caltierra [...]. En fancta Juliana, maestro Martin Galuan” (1223 Santillana, DLE 6). Na Galiza: “Petro Gualuani, dominate in quartam partem territorii Uentose”²²; em 1243, num texto bastante singular de Sobrado dos Monges, dois indivíduos têm aparentemente *sobrenomes* de origem literária, *Pelles* e *Galvam*²³; “Pedro Galván, arcediano de Limia”, foi cónego de Ourense²⁴; houve outro Pedro Galuan, cónego de Lugo²⁵; “Sancha Eanes dita

²⁰ Numa passagem de Fernão Lopes da *Cronica de Dom Joham I* há uma referência tingida de admiração por ele; narra-se o cerco de Cória, mal sucedido para os portugueses: “El-Rey em-na temda, segumdo parece, nom foy bem contemto dalguuns que se nom chegarom como el quisera; desy fallamdo nas cousas que se no combato aqueçerom, veeo a dizer como em sabor: Gram mjngua nos fezerom oge este dia aquy os boons caualleiros da Tauolla Redomda, ca çertamente se elles aquy foram, nos tomaramos este logar. Estas pallauras nom pode ouujr com paçiemçia Meem Rodriguez de Vascomçellos, que hij era com outros fidalgos, que logo nom respomdeo e disse: Senhor, nom fezerom aquy myngua os caualleiros da Tauolla Redomda; ca aquy estaa Martym Vaasquez da Cunha que he tam boom come dom Galluaam, e Gomçallo Vasquez Coutinho que he tam boom come dom Tristam, e ex aquy Joham Ffernandez Pacheco que he tam bom come Lançarote, e assy doutros que uio estar açerca, e ex-me eu aquy que valho tamto como dom Quea; assy que nom fezerom aquy myngua esses caualleiros que dizees; mas fez-nos a nos aquy gram mynguoa o boom Rey Artur, senhor delles, que conheçia os boons seruidores, fazemdo-lhes muytas merçees, per que auyam desejo de o bem servir. El-Rey vemdo que o auyam por emjuria, respomdeo emtom e disse: Nem eu esse nom tiraua afora; ca assy era companheiro da Tauolla Redomda come cada huum dos outros. (Entwistle, 1977, p. 175-176).

²¹ 1208 Maio; A.N.T.T., C.R., Arouca, gav. 5, m. 1., n° 27. Cf. Cruz Coelho 1988, p. 338, n° 195.

²² 1234 Setembro 28; A.H.N. São Marcos, carp. 389, n° 182.

²³ Trata-se de um pleito entre o mosteiro de Sobrado e a ordem miliar de S. Cosme de Nalar, atuando esses dois cavaleiros como procuradores da Ordem: “milites de Sancto Cosmede de Nalar, vicelicet Petrum Munioni dictum Pellis et Petrum Froylle cognomento Galvan”. (1243, Outubro 15; Clero; Sobrado, p. 541-542).

²⁴ 1293 Novembro 18; A.C.O., Escrituras IV, 20; 1294 Fevereiro 18; A.C.O., Obispo, 45; 1297 Março 13, A.C.O., Escrituras XX, 118 (constitui o testamento dele).

²⁵ 1334 Março 7, A.H.N. Cod. 1042B, fol. 77r.; 1334 Maio 8, A.H.N. 1332D/17; 1337 Setembro 9, A.H.N., Cód. 416B, fol. 14r.; 1337 Novembro 12, A.H.N. Cód. 416B fol. 16v.; 1338 Maio 14, A.H.N. Cód. 416B fol. 73 r. E Cód. 416B fol. 17r.; 1340 Fevereiro 3, A.H.N. Cód. 416B fol. 28r.; 1340 Fevereiro 4, A.H.N. Cód. 416B fol. 29r.; 1340 Fevereiro 13, A.H.N. Cód. 416B fol. 28v.; 1340 Fevereiro 14, A.H.N. Cód. 416B fol. 29v.; 1340 Fevereiro

Galuáa” (1325 DH2 73); “Pedro Gualuan notario publico en Villamayor” (1326 GH 71); em Mondonhede (1346-1351), dois sujeitos: Afonso Galuan (“aforamos a uos Afonso Galuan et a uosa moller Marina Ferrandes...”²⁶; “que fuy aforada a Afonso Galuan et a sua muller Marina Ferrandes”²⁷); e “don Pero Galuan chantre, <Testemoyas>”²⁸; no século XV, na Ribeira Sacra ourensana, Gomes Galuán, em 1423 Agosto 16²⁹ (Ferro Couselo 1967/I, p. 115-118, nº 71). Em Portugal, além dos referidos acima, de 1208 e de 1220 (nas Inquirições, p. 165, onde parece entender-se que figura a forma *Galvano* como sobrenome), há, no século XIV: “Joham Galvam tabelliom da dicta vila <Monte Moor o Velho>”³⁰. Em XV e XVI: “herdade *que* ffoy de Ruy Galuom”³¹; Ysabel Galuoa³².

Os amores trágicos de *Tristão* e a rainha *Iseu* sabemos que eram conhecidos pelos trovadores galego-portugueses, como mostra a cantiga de D. Dinis: *Tristan sey ben que non amou Iseu/Quant eu vos amo...* (número 477 do CBN). O nome chegou com a forma francesa *Isaut*, *Iseult*; parece de origem germânica e composto de *is*, “gelo”, e *walt*, “governar”. Encontramo-lo usado na Galiza em finais do século XV por *Iseu Henriquez*, esposa do cavaleiro *Joám de Ortega* (Ferro-Couselo 1953-1954, p. 5); aparece citada, o mesmo que o marido, num documento da catedral de Ourense, concretamente 1491 CO 1515.

O entusiasmo e admiração que suscitava a figura do cavaleiro da Távola Redonda *dom Lançarote do Lago* patenteiam-se na difusão do antropónimo³³. O nome foi usado na Itália no século XIV e através de pessoas dessa origem parece ter sido introduzido em Portugal, onde já se regista na segunda metade daquele século. Sabemos, por exemplo, que uma ilha das Canárias recebe o nome de um navegador genovês, *Lanzarotto Malocello*, à qual aportou em 1336 (Serrão, 1976 I, p. 271)³⁴. *Lançarote Pessanha*, *Mice Lançarote*, foi almirante da esquadra

20, A.H.N. Cód. 416B fol. 29r.; 1340 Julho 7, A.H.N. Cód. 416B fol. 33r.; 1347 Maio 5, A.H.N. Cód. 416B fol. 53r.; 1347 Junho 2, A.H.N. Cód. 416B fol. 53v.; 1347 Junho 10, A.H.N. Cód. 416B fol. 53v.; 1347 Junho 11, A.H.N. Cód. 416B fol. 54r.; 1347 Agosto 23, A.H.N. Cód. 416B fol. 54v.; 1348 Janeiro 31, A.H.N. Cód. 416B fol. 10v.; 1348 Novembro 15, A.H.N. Cód. 416B fol. 59v.

²⁶ 1346 Abril 7; Clero, 1189/13.

²⁷ 1351 Março 25; Clero, 1189/15.

²⁸ 1346 Abril 7; Clero, 1189/13.

²⁹ 1423 Agosto 16; Ferro-Couselo 1967, p. 115-118.

³⁰ 1366 Novembro 18; A.U.C. Pergaminhos, Seça, D. V., S^a 3^a, gav. 10, nº 1. Cf. Cruz Coelho 1983 II, p. 781-784, nº 36.

³¹ 1466 Outubro 18; A.N.T.T., Maço 43, 843 (rosto), linhas 13-14, cf. Martins 2001, p. 508-510.

³² 1514 Maio 17; A.N.T.T., Maço 72, 1426, linha 8, cf. Martins 2001, p. 540-542.

³³ No fragmento conservado do *Livro de Tristão* galego-português (Pensado-Tomé, 1962) o nome apresenta-se com as seguintes variantes: *Lançarote*, *Lâçarote*, *Dom Lançarote*, 17 vezes; *Lança[rote]* (Lança com um signo de abreviação), três vezes, p. 47, 56, 65; *Lançarot*, *Lâçarot*, *Dom Lâçarot*, dez vezes; *Dom Lâçalot*, *dom Lançalot*, três vezes. Na *Demanda* galego-portuguesa só se regista quatro vezes a forma *Lancelot*, face a pelo menos duzentas e vinte e quatro a forma *Lançarot*.

³⁴ Um diploma do rei D. Fernando de Portugal lê-se: “nos querendo fazer graça e mercee a llansarote da Framqua almyrante noso vassalo per muytos seruyços que ataaquy Recebemos delle [...] E avendo delle nos as yllas que trobou e nos gaañou que som no mar do cabo nom as quães nom som pobradas” (1370 DP1 115); esse nome de

portuguesa no reinado de D. Fernando (cf. Serrão, 1976, I, p. 286, que cita a *Cronica de D. Fernando*, de Fernão Lopes); era filho do genovês Manuel Pessanha, contratado no reinado de D. Dinis para o mesmo desempenho. Embora fosse um cargo vitalício e hereditário, *Mice Lançarote* foi demitido por D. Fernando como responsável pela derrota naval de Saltes. Era senhor de Odemira, e foi morto em 1384 pelos partidários do mestre de Avis na sequência do levantamento popular contra a rainha Leonor Teles em Lisboa (cf. O capítulo 42 da *Cronica de Dom Joham I*, de Fernão Lopes). O nome era já usado por portugueses em 1386: “El Rey o mandou lançarote a fez” (1386 DP1 164). Na Galiza: “Galaor Lopez da Barreira e seu yrmão Lançarote Lopez, escudeiros, vecinos da cibdade de Ourense” (1499 Asadur 26). Diz Ferro Couselo (1953-1954, p. 6) que foi regedor da cidade de Ourense e personagem de relevo nas lutas concelhias da época.

No texto português da *Demanda do Santo Graal* encontra-se um cavaleiro dito *Sagramor*, que uma vez é nomeado como *o dizimador*. Na mitologia artúrica *Saigremor* leva a cabo numerosas façanhas na sua juventude, o que deu lugar ao sobrenome (traduzido por “*el Desmesurado*” ou “*el Derranjador*” em castelhano medieval). Veja-se Alvar 1991, s.v.. Muito provavelmente o nome teria sido formado por justaposição de “sagro + amor”, como aponta Rivas Quintas (1991, p. 100). Na documentação galega figura na segunda metade do século XV *Sagramor Mosqueiro* (1467 RO 256). No século XVI foi usado em Portugal; no *Livro do lançamento* (Gonçalves, 1973-1974) figuram dois portadores.

O nome de *Tristão* procederia, segundo alguns autores, do celta *Drystan*, derivado de *Drust* “estrondo”, “ruído”, “tumulto”. A sua difusão deve-se aos romances da matéria de Bretanha, e as referências a esta personagem em cantigas de Afonso X e de D. Dinis testemunham bem o conhecimento dessas fontes literárias. Em Portugal é usado como antropónimo já na primeira metade do século XIV. Segundo J. P. Machado (1984 s. v.) o portador mais antigo aparece referido num documento de 1434: *Tristam Vaaz nosso criado* (1434 DP1 276, p. 287).

Todavia, surge como sobrenome num documento da Chancelaria de Pedro I: *pero tristam* [a uos □ corregedor por mjm antre doiro e mjnho] (1362 Pedro I 648).

Na região de Alcobaça regista-se *Tristão* como sobrenome, talvez patronímico, de um sujeito, no período 1430-1460 (Gonçalves, 1972, p. 166). Mas nessa época há notícia de muitos portadores do antropónimo; o mais famoso terá sido talvez *Tristão Vaz Teixeira*, que em 1419,

Lançarote da Franca evoca uma das duas ilhas que lhe são entregues em doação, a que depois havia de receber o nome do descobridor: “pera sy epera todos seus erdeyros e sucessores das duas yllas primas que trobou de nossa señora aframqua (*à margem em outra letra: dicta lançarote*) e de Gumeyra”.

junto com João Gonçalves Zarco e Bartolomeu Dias, chefia a expedição que ocupará as ilhas do arquipélago da Madeira, incorporando-as definitivamente à coroa portuguesa. *Nuno Tristão*, também navegador, atingiu o Cabo Branco, na atual Mauritânia, em 1441. Nos documentos galegos: *Martin Tristan*³⁵, em 1268, *Johan Perez Tristán*³⁶, em 1327; *Pero Tristan* (1362 DH1 25); *Tristam de Montenegro* (1473 GH 8 e 1485 GH 10), de que dizem os editores de Vasco de Aponte: “Tristán de Montenegro, cuyo origen no está claro aunque sí su parentesco con los Cru de Pontevedra, era personaje poderoso en Pontevedra [...]. Está enterrado en Santo Domingo de Pontevedra. La fecha de su muerte no fue 1464, sino después de 1479” (vid. Aponte, 1986, p. 108, nota 10, e 1986, p. 238, nota 389). Ferro Couselo (1953-1954, p. 5) nota: “Tristán de Montenengro... em 1477 murió de una espingardada en la toma de Pontevedra al famoso y temible Pedro Madruga”; *Tristán Enriques*, raçoeiro de Ourense em 1484³⁷ (1484 Agosto 8; A.H.P.O., L-243 Ayuntamiento de Orense); *frey Tristan*, monge de Rocas (1496 Abril 6; A.C.O., Monásticos, nº 5.353); *Tristã do Vale*, de Baiona, a quem, segundo Ferro Couselo (1953-1954, p. 5) um sujeito chamado Vasco Correa lhe fez um foro em 1493, etc.³⁸.

Janebra, ou *Janeuora*, é a esposa do rei Artur, amante de Lançarote do Lago. O nome procede do francês *Genièvre*, com origem no galês *Gwenhwyvar*, onde entra o vocábulo *gwen*, “branco”. Rivas Quintas (1991, p.185) explica o referido étimo como formado de dois elementos célticos, *uindo*, “branco, brilhante” e outro paralelo ao irlandês *siabrae*, “visão, espírito de elfi”, de modo que teria o significado de “espírito branco”. Mas parece verosímil que tenha sido de origem germânica, à vista de dois testemunhos alto-medievais de um nome feminino muito similar recolhidos por Boullón Agrelo (1994, p. 300): *Genobreda confessa* (970 Tombo de Samos 242), *Genibrida* (970 Tombo de Samos 243); a autora atribui-lhe origem germânica, formado pela raiz *Gen-* (presente também em *Gemundus*) e *frida*, feminino de — *fredus*, do gótico **frip*, “paz”. Se se tratar do mesmo nome dificilmente se poderia pensar na origem céltica tendo em conta a cronologia dos testemunhos indicados³⁹. Em documentos

³⁵ 1268 Janeiro 10; A.H.N. 1549/12. Cf. Romani Martínez 1989 II, p. 909, nº 955.

³⁶ 1327 Junho 11 (“juyo”, no texto); A.C.O. Monásticos, nº 724 (cota antiga). Cf. Ferro-Couselo, 1967, p. 78-80, nº 50.

³⁷ 1484 Agosto 8; A.H.P.O., C. VII, 239, 240 (cota antiga) Cf. Ferro Couselo 1967, p. 184-185, nº 99.

³⁸ O nome teve uma prolongada sobrevivência no século XVI, segundo esse autor (1953-1954, p. 5): *Tristã de Nóvoa*, escrivão, viveu em terras de Amoeiro na primeira metade do século; *Tristã Rodriguez*, morador em Melom em 1539; *Tristã de Marçoa*, morador em Melgaço, em 1551; *Tristã Saco de Vermum*, a meados do XVI, filho de Men Saco de Vermum, das terras de Chantada; *Tristã de Barros*, da Barouta, jurisdição do mosteiro de Sam Clódio do Ribeiro de Ávia; *D. Tristã de Araújo*, já em finais do século XVI, pessoa de grande relevo, natural de Ourense. Também em Portugal no século XVI foi bastante usado; baste lembrar *Tristão da Cunha*, navegador que em 1506 descobriu a ilha do seu nome na África do Sul, que ainda hoje recebe.

³⁹ No *Tumbo de Fiães*: “de sucession Genebreda abbatissa...” no documento nº 189, de 989. Cf. Ferro-Couselo, 1995, p. 129.

castelhanos do século XIII figura *Enebra*, que pode corresponder ao mesmo antropónimo: dona Enebra [yo Domingo Petri □ ~ mi mulier] 5 vezes, (1218 Plasencia, DLE 328); =don Enebra, 1 vez no mesmo documento⁴⁰. Na Galiza temos notícias de três damas da nobreza da segunda metade do séc. XV, todas aparentadas entre si, com este nome; a mais jovem terá sido *Genebra de Haro*, filha de Fernão Peres Parraguês e de dona Costança das Marinhas (Aponte, 1986, p. 125), que teria estado casada com Soeiro Gomes de Soutomaior; quanto às outras, uma foi filha de Gomes Perez das Marinhas e a outra, chamada *Genebra de Acunha*, mulher de *Diego Lopes de Haro*, andaluz, que em 1484 foi nomeado governador da “Santa Hermandad” na Galiza, em substituição de Fernando de Acunha (Garcia-Oro, 1987, I, p. 367). Uma filha deles, Teresa de Haro, casada com Gomes Peres das Marinhas, é a mãe de *Genebra de Haro ou das Marinhas*, que casou com Luís de Azevedo por volta de 1474 (García-Oro 1981, p. 147). Uma irmã dela, Constança, casada com Fernão Peres Parraguês, teve quatro filhas: Teresa, Berenguela, *Genebra* e Violante. Desta última, *Genebra de Haro* filha do Parraguês, não dispomos de referências cronológicas, mas sabemos que se casou com Soeiro Gomes de Soutomaior, e que um filho deles, Diego Álvares, casou-se com uma filha de Álvaro de Soutomaior, o filho de Pedro Madruga. Álvaro de Soutomaior casou por volta de 1491 (García-Oro, 1981, p. 263), o que permite supor que a sua futura consogra, D. Genebra de Haro, seria jovem por essas datas. Por outra parte entre as edições documentais consultadas encontra-se o testamento de Soeiro Gomes de Soutomaior, o Mariscal (1485 GH 10), e nele é mencionado o seu neto Soeiro que terá sido posteriormente o marido de D. *Genebra de Haro*. Temos notícia ainda de outra portadora de inícios do século XVI: *Genebra de Deça*, casada com *Gomez de Moure*, mercador de Ourense (1514 Outubro 14; A.C.O., Escrituras XX, 102)⁴¹.

⁴⁰ Consideramos essa possibilidade à vista doutros casos que mostram a alternância de perda ou conservação de uma consoante inicial idêntica; assim, Gervás/Ervás: Eruaf [Et deſto fueron teſtigos] (1232 Cifuentes, DLE 254); Garci Ieruaf [Deſto fon pelqujſas] (1234 Tovilla, DLE 226); em dois documentos de Cuenca temos alternativamente as formas Geruas/Erbaſ referidas à mesma pessoa: ſaion, Erbaſ (1186 Cuenca, DLE 307); ſayon, Geruas (1189 Cuenca, DLE 308).

⁴¹ Em Portugal, em documentos do século XV, do Douro Litoral: Janebra de Sfãa [eſtando hy a ſenhora τ dona abadeſa do moofteiro <de Uairam>] (1448 Janeiro 23; A.N.T.T., Mosteiro de Vairão, Maço 11); Jenebra de Saa [ſenhora τ dona abadeſa do dicto moeſteiro <de Uayram>] (1454 Outubro 11; A.N.T.T., Mosteiro de Vairão, Maço 11). Outra figura na documentação do mosteiro de Chelas (Lisboa), de finais desse século e começos do XVI: Janeuora cacota [as deuotas donas anciããs] (1494 Fevereiro 13; A.N.T.T., Mosteiro de Chelas Maço 51, 1006, Martins (2001, 531); Janeuora cacota (1504 Março 7; A.N.T.T., Mosteiro de Chelas Maço 68, 1351, Martins 2001, p. 534); Janeuora cacota (1510 Janeiro 10; A.N.T.T., Mosteiro de Chelas Maço 69, 1371, Martins 2001:537); Janeuora çacota (1514 Maio 17; A.N.T.T., Mosteiro de Chelas Maço 72, 1426, Martins 2001, p. 540); Janeuora cacota (1520 Outubro 2; CHP, A.N.T.T., Mosteiro de Chelas Maço 72, 1428, Martins 2001, p. 543).

3 NOMES DO CICLO DE AMADIS DE GAULA

Amadis de Gaula é o grande contributo peninsular à literatura medieval de cavalaria, sem que pareça possível vir a saber-se se a obra original terá sido castelhana ou galego-portuguesa. O texto conservado, castelhano, de autor conhecido, Garci Rodriguez de Montalvo (1450-1505?) natural de Medina del Campo, é refundição de uma obra anterior (Cacho-Blecua, 1991, p. 67-73). Antes existiram um número indeterminado de versões, parcialmente conhecidas por testemunhos indiretos, a mais difundida das quais deve ter sido a que muitas fontes medievais atribuíram a Vasco de Lobeira, fidalgo português que viveu no tempo do rei D. Fernando (1367-1383), de quem se diz ter sido armado cavaleiro em 1385, na batalha da Aljubarrota (Cacho-Blecua, 1991, p. 60). O *Lais de Leonoreta*, que figura no Cancioneiro da Biblioteca Nacional de Lisboa, atribuído a Joham Lobeira⁴², e cuja tradução se encontra no livro II do *Amadis*, constitui um poderoso argumento a favor da tese de que a primeira versão tenha sido galego-portuguesa. A difusão da obra no século XIV teria sido importante, como demonstram as numerosas referências a ela, por exemplo do chanceler Ayala (1332-1407). Na coroa de Aragão documenta-se um cão chamado *Amadis* em 1372 (Cacho-Blecua, 1991, p. 66). Entre os antropónimos tomados de nomes de personagens deste ciclo estão o próprio Amadis⁴³, Briolanja, Esplandião⁴⁴, Olinda⁴⁵, etc.

O nome de *Galaor* ou *Galor* deverá a sua popularidade ao irmão de *Amadis de Gaula*. Quanto à origem Rivas Quintas (1991, p. 178) sugere que talvez esteja relacionado com Galaad, regularizado imitando Nabor. Segundo Ferro Couselo (1953-1954, p. 6) já era usado como antropónimo nos inícios do século XV, e tinha-o um cavaleiro, *Galaor Mosqueira*, cuja filha,

⁴² Este *Joám Lobeira*, antepassado, muito provavelmente, do outro, documentou-o Carolina Michaëlis entre 1258 e 1285, e Rodrigues Lapa posteriormente encontrou um documento de 1305 em que se dá como falecido (Cacho-Blecua, 1991, p. 60).

⁴³ Cf., Amadis vâz de sam paayo [a uos □ Juiz da Nossa alfandega da çidade de lixboa] (1451 (?) DP1 390).

⁴⁴ Filho de *Amadis* e de *Oriana* concebido nos encontros amorosos do castelo de Miraflores antes do casamento público deles, pelo qual a mãe mantém em segredo a gravidez e o parto e entrega o menino aos seus servidores; uma leoa rouba-hes o recém-nascido e amamenta-o até que um ermitão o encontra e o baptiza: põe-lhe o nome de acordo com uma inscrição em latim que a criança tem sobre o mamilo direito (vid. Alvar, 1991, s.v.). Parece que o nome não começa a ser usado como antropónimo até ao século XVI; no primeiro terço Ferro Couselo regista (1953-1954, p. 7) um *Esplandiã Gomez*, morador no lugar da Veiga e escrivão do mosteiro de São Clódio do Ribeiro. Em Lisboa, no *Livro do lançamento*, de 1565 (Gonçalves, 1973-1974) surgem dois portadores.

⁴⁵ Apesar de que a sua origem é controversa parece que teria sido popularizado por uma personagem do *Amadis*, filha de Vanain, rei da Noruega. Na documentação da Galiza figura uma portadora de finais do século XV: *Olinda Lopez de Andrade*, casada com *Nuno de Amoeiro* (1481 RO 308, 1509 RS 274); registamos outra nos começos do séc. XVI: *Olinda López* [a vós Alvaro Buján, e a vosa esposa □] (1514 FP 219). Ferro Couselo (1953-1954, p. 6) dá notícia de outras: *Olinda Rodriguez* que vive em 1500 em Cela Nova; *Olinda Gonzalez*, de Faramontaos do Ribeiro; *Olinda Mosqueira*, mai do escrivao *Gomez Ansiâm*; *Olinda*, mulher de *Gonçalo Gomes de Puga*; indica ainda que havia outras três damas com este nome no mesmo século XVI no couto de As Três, da jurisdição de Santa Comba de Naves.

Mencia Lopes Mosqueira, casou com Joám Peres de Nóvoa, senhor da casa de Maceda, e o filho de ambos foi outro *Galaor Mosqueira*, que figura em vários documentos: 1476 Março 30 [A.C.O., Fábrica y capillas del Santísimo, 24], por exemplo. Na primeira metade do século há um “Galoor Mosqueyra comendeyro de Mondonnedo” que figura num documento de 1435 como testemunha (Cal-Pardo, 1981, p. 76). Era meirinho por D. João Pimentel na terra de Aguiar, famoso pela rapina e crueldade com os mercadores e cidadãos de Ourense (Garcia-Oro, 1981, p. 59). Outro sujeito, “*Galaor Osorio, hijo del primer conde de Lemos Pedro Álvarez Osorio y su primera mujer doña Beatriz de Castro, y primo de Don Pedro Álvarez Osorio, conde de Trastámara (+ 11 de julio de 1461), casó con Constança, hija de Pedro Pardo de Cela*” (Aponte 1986, p. 170, nota 190). Deve ter sido descendente dalgum dos ramos da extensa família dos Osório outro *Galaor Osório*, prior da diocese de Astorga que executa uma sentença da Rota romana relativamente ao convento de Sobrado de Trives, em 25 de Outubro de 1527 (Duro-Peña 1967, p. 40)⁴⁶.

Briolanja é o nome da esposa de *Galaor*, o irmão de *Amadis de Gaula*; Leite de Vasconcelos parece sugerir que este nome pode ter relação com *Berenguela* (1928, p. 57). Não sabemos quando é que aparece por primeira vez como antropónimo, mas talvez bastante tarde. Se a informação fosse correta, o nome seria usado já no século XII, e a portadora mais antiga documentada seria a esposa do conde de Trava Fernando Peres, segundo o *Livro de Linhagens do Conde*: “*Este dom Fernam Piriz foi casado com dona Briolanja, e fez em ela o conde dom Pero Fernandez de Trava, que pobrou o castelo de Trava e por isso se chamou conde de Trava*” (Mattoso, 1980 I, p. 122, 7 A 13). Esta indicação não é confirmada pelos documentos coetâneos, pois nenhuma das esposas documentadas de Fernando Peres teve esse nome (Pallares-Portela 1993, p. 832). Em Portugal há registada uma portadora em 1452, Breolanga Afonso (em *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História publicados e prefaciados por João Martins da Silva Marques*, Lisboa 1944, v. I, p. 500). Na Galiza regista-se também desde meados do século XV⁴⁷.

⁴⁶ Ainda: “*Galaor Lopez da Barreira e seu yrmão Lançarote Lopez, escudeiros, vecinos da cibdade de Ourense*”. (1499 Asadur 26). Teria um patronímico ou apelido derivado deste antropónimo um frade do mosteiro de Santa Catalina de Monte Faro nos inícios do século XVI: “...fray Vaasco Galoor [...] fraires e familiares do dito moosteiro”. (1506). Neste século deve ter sido frequente (Ferro Couselo 1953-1954, p. 6-7): *Galaor Damas*, de Ribadavia; *Galaor de Carvalhido*, que em 1541 vivia no Paço da Freiria de Pias de Mondariz; *Galaor* ou *Galor Gonçalves* tenente do corregedor de Baiona; *Galaor Varela*, escrivão, natural da terra de Deça; *Galaor de Taboada*, vizinho de Redondelhe, na Peroja, vivo em 1609.

⁴⁷ Num documento do Douro Litoral figura *Briollanga Pinta*, monja do mosteiro de Sam Salvador de Vairão (1472 Outubro 13; A.N.T.T., Mosteiro de Vairão, maço 12; Cf. Azevedo Maia 1986: 266-268, nº 149). Na Galiza: *Vriolanga Sobreyra*, filha de *Alonso Fernandes Sobreyra* (1449 SCL 565); *Briolanja*, esposa de *Vasco de Puga*, escudeiro (1474 VF1 90); *Briolanja Diaz*, freira do convento de Santa Maria a Nova, de Lugo (1502 GP 51). O nome foi muito usado em Lisboa no século XVI: no *Livro do lançamento* (Gonçalves, 1973-74, p. 32) aparecem

4 NOMES DA MATÉRIA DE TROIA

A tradução galega da *Cronica Troyana*, da segunda metade do século XIV é um testemunho patente do interesse que despertava o ciclo clássico ou matéria de Troia⁴⁸, cujo influxo na onomástica pessoal se nos mostra um pouco mais tardio do que o de Bretanha. Alguns dos principais protagonistas da obra são apresentados e descritos no capítulo 11 que tem por título “*Dos ffillos que el rrey Príamos auya et quantos eram*” (Lorenzo, 1985, p. 230):

Et foyse cõ el sua moller, que auja nome Écuba. Et era bõa dona et fremosa et moy ben ensynada [...] Et o primeyro fillo ouuo nome Éctor et foy moy bon cauallero de armas et moy preçado. Et sabede que nhũ nõ valya mays que el [...] Et o segũdo fillo ouuo nome Aleixandre, et chamarõlle depouys Pares, por hũa auêtura que lle acaesceu, que aqui nõ cõta [...] Et o quinto era chamado Troylos, et foy moy bon cauallero, et ouuo grã prez de caualaria, assy cõmo adeãt oyredes perla estoria, en que oyredes cõtar os feytos que el fezo. Das duas fillas, a primeyra que nasceu foy chamada Casandra [...] Et outra filla ouuo nome Polícena, mays de aquesta quero que sabeades que nõ acharõ par êna sua bondade en todo o mũdo...

São os nomes de dois dos filhos de Príamo que surgem como antropónimos na documentação galega: *Heitor* e *Troylos*⁴⁹. Chama a atenção que *Páris* tivesse tido antes o nome de *Aleixandre*, nome que surge também nos documentos; quanto às filhas o nome de *Policena* era usado em Portugal na mesma época (Gonçalves, 1971, p. 187). Teríamos de acrescentar *Palomades*⁵⁰, *Palomedes* ou *Palamedes*, que provavelmente tenha existido como nome de pessoa, a julgar pela denominação de um sujeito que figura num documento de 1519: Rodrigo *Palmades*⁵¹.

referidas dezoito pessoas. Na Galiza do século XVI Ferro Couselo (1953-1954, p. 3-13) refere as seguintes: *Briolanja Ojea Mosquera*, mulher de *Vasco de Puga o Grande*; *Briolanja de Nóvoa*, mulher de *Marcos Lopes*, que em 1533 era juiz do couto de Abrucinhos; *Briolanja*, vizinha de Barom.

⁴⁸ Notar que nomes de tradição helénica registam-se desde antigo: “el chantre Aquiles y el canónigo Oerio Ordoñez, todos de la iglesia de Orense...” (1196 Dezembro 9; A.C.O., Escrituras, XVI, 41); “el chantre Aquiles concede a Juan Peláez y a su mujer Elvira Eimirinz, sólo en vida de ambos, una viña más allá del Barbaña...” (1203 Março 28; A.C.O., Escrituras XIII, 34).

⁴⁹ Temos notícias de um portador galego da segunda metade do século XV: “Violo pasar Truylllos Bermúdez, merino de don Fernando [de Castro], y fue tras él en su alcance y cada vez juntando más gente...” (Aponte, 1986, p. 203). Desse D. Fernando de Castro indicam os editores: “*arcediano de Nendos (desde 1460) había estado casado, después de 1446, con Inés Bermúdez, hija de Pedro Bermúdez de Montaños; era nieto de Don Pedro Álvarez de Cabrera Osorio, conde viejo de Lemos, y hermano natural de Don Rodrigo Osorio. Llegó a ser abad de la colegiata de la Coruña. Murió en 1515*” (Aponte, 1986, p. 148, nota 129). Há ainda outro que se documenta nos inícios do século XVI: *Troyllos de Nóvoa*, escudeiro e notário público do mosteiro de S. Pedro de Rocas (1507 Abril 14; A.C.O., Monásticos, nº 5.551; 1511 Fevereiro 2; A.C.O., Monásticos, 5.643).

⁵⁰ As formas que figuram na *Crónica Troiana* (Lorenzo, 1985, p. 271 e ss.) são *Palomades*, a mais frequente, *Palamades* e, raramente, *Polomades*.

⁵¹ 1519 Novembro 28; A.H.P.O., C-9837 Mosteiro de San Salvador de Cela-Nova; cf. Ferro Couselo 1967, p. 221, nº 122.

Heitor, segundo Rivas Quintas (1991, p. 194) provém do adjetivo grego *hektós*, derivado do verbo *héjo*, “ter, ter fortemente”. Cita Tagliavini (*Un nome al giorno*, II, 199) que aponta a possibilidade de uma origem frígia. Entre os testemunhos mais antigos que recolhe destaca um *Avolinus Eitor*, de 785, localizado em Samos, Lugo (Flórez, *Espana Sagrada*, Madrid 1747, vol. XL [Lugo I], p. 368)⁵². No *Tombo de Celanova* regista-se uma vez: “quem ipsi supradicti Hector habebant”, ano 936, nº 228, J. M. Andrade 1995, p. 323). Os *Livros de Linhagens* dão notícia de um cavaleiro português na segunda metade do século XIII, Heitor Nunes de Chacim, filho de Nuno Martins de Chacim e de dona Tareija Nunes, e foi casado com Marquesa Gil de Soverosa (Mattoso, 1980, LC 38 I 9). Outras informações sobre a família permitem formular a hipótese cronológica indicada: uma irmã, Orraca Nunes, foi casada com D. Martinho Eanes do Vinhal, irmão do trovador *Gonçalo Eanes do Vinhal*, de quem sabemos que participou na tomada de Sevilha (1248) e morreu em 1280, na guerra entre Afonso X e o infante D. Sancho, contando-se entre os partidários deste último. Uma sobrinha de Heitor Nunes, *Violante Ponço*, foi casada com *Rodrigo Afonso*, filho de *Afonso Dinis*, bastardo de D. Afonso III (Piel-Mattoso, 1980, LD 4 N 9)⁵³. Uma sobrinha de Heitor Nunes, *Maria Rodrigues*, foi barregã de D. Dinis (Piel-Mattoso, 1980, LD 6 AU 8/6 AV 10). Gonçalves (1972, p. 165), no estudo sobre a antroponímia das terras da Alcobaça, regista dois portadores do nome Heitor no período 1430-1460. No rol do Empréstimo concedido a D. Afonso V nos anos de 1475 e 1476 pelo almoxarifado de Évora (Gonçalves, 1971, p. 187) figuram dois sujeitos, e também duas portadoras doutros nomes procedentes deste ciclo literário: *Helena* e *Policena*. Na documentação galega o mais antigo de que temos notícia é *Eytor de Beneujdes*, *escudeiro de Sueiro Gomes de Soutomayor*, que figura nas *Notas de Alvaro Perez*, registo notarial de 1457 (Tato-Plaza, 1999, p. 93 e ss.). Em data muito próxima, 1463, *Eitor Vasquez*, também notário, este em Ramirás (Ourense, 1463 RA 506). Pouco mais tarde aparece *Eytor Gomes Rapela*, notário em Ourense por D. Bernardino Peres Sarmento, conde de Ribadavia e adiantado na Galiza (1480 Dezembro 13; A.C.O., Escrituras XIX, 444); encontramos-lo também como “notario e escriuano publico por las abtoridades apostolical e episcopal de Ourense e notario

⁵² M. T. Morlet (1972, p. 59) regista *Hector* entre os nomes transmitidos pelo latim no território da antiga Gália: figura em documentos datados de 901, 929-935, 949, 951, 957: “C’est un cognomen romain qui est attesté aussi comme nom servile. Issu du grec “Εκτορ, dérivé de Εκω, c.a.d. le défenseur. Ce nom n’est pas très fréquent sur les inscriptions latines et chrétiennes. Dessau offre 1 *Hector*. Diehl 2 *Ector*”.

⁵³ O próprio Heitor Nunes devia estar vivo na data em que foi escrito o *Livro Velho de Linhagens* (por volta de 1286-1290): “Dona Sancha Paes foi casada duas vezes: a primeira com Estevão Mendes Queixada, e fege i uma filha, que foi molher de dom Nuno Martins de Chacim, e figerom estes filhos: Outor Nunes e Alvar Nunes e Gil Nunes e a molher de dom Lourenço Soares de Valadares, e farão filhos”. (Piel-Mattoso, 1980, LV I BO 10).

por el señor conde de Ribadauia”⁵⁴. O documento em questão tem o nº 29 na coletânea.. Deve ser o mesmo que *Eytor Gomes, escudeyro, morador ena fryguisía de Santiago d’Esposende*, casado com *Johana Gonçáluez de Deça* (1512 VF1 118), e que o fidalgo da família dos Turrichaos que vivia em Esposende em 1503, segundo informações de Ferro Couselo. Um filho del também tivo este nome. Deve ser ainda o mesmo que aparece referido noutro documento do mosteiro de Sam Clódio do Ribeiro: “congostra que bay da casa d’Eytor para santa Mariña” (1499 Agosto 6; A.H.P.O., Livros 686; Livro I de foros, fol. 52vº-53rº)⁵⁵.

REFERÊNCIAS

- ALONSO, D. La leyenda de Tristán e Iseo y su influjo en España. In: **Obras Completas, II, Estudios y ensayos sobre literatura**. Primera parte: Desde los orígenes románicos hasta finales del siglo XVI. Madrid: Gredos, 1972b. pp. 357-380.
- ALVAR, C. **El Rey Arturo y su mundo**. Diccionario de mitología artúrica. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- APONTE, V. de. **Recuento de las casas antiguas del Reino de Galicia**. Introducción e edición crítica con notas por DIAZ-DÍAZ, M. C.; GARCÍA-ORO, J.; VILARIÑO PINTOS, D.; PARDO-GÓMEZ, M. V., A. GARCÍA-PIÑEIRO M. P. Oro Trigo (Equipo ‘Galicia hasta 1500’). Santiago de Compostela: Xunta de Galicia, Consellería da Presidencia, Servicio Central de Publicacións, 1986.
- BAQUERO, M. H. **A batalha de Alfarrobeira, antecedentes e significado histórico**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1980.
- BARROCA, M. J. **Epigrafia medieval portuguesa (862-1422)**. Volumes I, II (Corpus epigráfico medieval português) e III (Anexos, índices, bibliografia e estampas). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2000.
- BASTARDAS-PARERA, J. Particularidades sintácticas del latín medieval (Cartularios españoles de los siglos VIII al XI), Escuela de Filología, Barcelona-Madrid.
— (1955), “Antropónimos condicionados por topónimos”, **Revista de Filología Española**, XXXIX, Madrid, p. 61-79, 1953.
- BUESCU, M. G. C. **Perceval e Galaaz, cavaleiros do Graal**. Lisboa: ICALP, 1991.

⁵⁴ Num documento de 1507, publicado por Enriquez Paradela, Mª del Carmen, *Colección Diplomática del monasterio y convento de Santo Domingo de Ribadavia*, Boletín Avriense, Anexo 8, Museo Arqueológico Provincial, Ourense 1987.

⁵⁵ Ferro Couselo (1953-1954, p. 5) dá informação dos seguintes portadores do século XVI: *Heitor Gomez*, que era em 1574 juiz da jurisdição de Santa Comba de Naves; *Eytor de Casdenao*, em 1588 juiz do couto de Canedo; *Eytor do Campo*, morador em Lebosende na segunda metade do XVI; *Heitor Fernandez*, morador no couto de Portatom; *Heitor de Barros*, morador em S. Pedro de Nogueira; *Eytor de Nugueiredo*, morador em Sande, todos da 2ª met. do XVI.

CACHO-BLECUA, J. M. (ed.). **Garci Rodríguez de Montalvo**. Amadís de Gaula. Madrid: Cátedra, 1991.

CAL-PARDO, E. **El monasterio de San Salvador de Pedroso, en tierras de Trasancos**. Colección documental. Coruña: Diputación Provincial, 1984.

CARNOY, A. **Le latin d’Espagne d’après les inscriptions**. Étude linguistique. Bruxelles, 1906.

CASTRO, I. **Curso de história da língua portuguesa**. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.

COLECCIÓN DE DOCUMENTOS HISTÓRICOS. **Boletín de la Real Academia Gallega**. (1915), Tomo I, Coruña. (1931) Tomo II, Coruña.

Colección diplomática de Galicia Histórica, I, Santiago de Compostela (1901). Cortesão, A. (1912), Onomástico medieval português. Lisboa: Imprensa Nacional.

COELHO, M. H. da C. **O Baixo Mondego nos finais da Idade Média**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988a.

COELHO, M. H. da C. **O Mosteiro de Arouca. Do século X ao século XIII**. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 1988b.

DURO-PENNA, E. **El monasterio de San Pedro de Rocas y su colección documental**. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1972.

DURO-PENNA, E. **Catálogo de los documentos privados en pergamino del Archivo de la Catedral de Orense**. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1973a.

DURO-PENNA, E. “El monasterio de Santa Marina de Asadur”. **Archivos Leoneses**, XXVII, pp. 309-365, 1973b.

DURO-PENNA, E. **El monasterio de San Esteban de Ribas de Sil**. Ourense: Instituto de Estudios Orensanos “Padre Feijoo”, 1977.

ENTWISTLE, W. J. **Fernão Lopes**: Crónica del rey Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o décimo. Parte Segunda. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

FERNANDES, A. de A. **Toponímia Portuguesa (Exame a um Dicionário)**. Arouca, 1999.

FERRO-COUSELO, X. **A vida e a fala dos devanceiros. Escolma de documentos en galego dos séculos XIII ao XVI**. Vigo: Fundación Penzol, 1967.

FORNEIRO-LLOVES, M. **Topónimos latinos de poseiros en la provincia de Orense**, Tese de Licenciatura inédita, Universidade de Santiago, 1978.

FREIRE, A. B. **Brasões da Sala de Sintra**. (1921) Livro Primeiro, (2. ed.); (1927) Livro Segundo, (2. ed.); (1930) Livro Terceiro. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1930; 1921.

FREIRE, A. B. **Fernão Lopes**: Cronica del rey Dom Joham I de boa memoria e dos Reis de Portugal o décimo. Parte Primeira. Reprodução fac-similada da ed. do Arquivo Histórico português (1915). Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

GARCÍA Y GARCÍA, A. (dir.). **Synodicon Hispanum**. Tomo I (Galicia), Tomo II (Portugal), Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos 1981.

GARCÍA-ORO, J. **La nobleza gallega en la Baja Edad Media**. Las clases nobles y sus relaciones estamentales, 'Bibliófilos Gallegos. Biblioteca de Galicia XX', Santiago de Compostela: Imprenta 'El Eco Franciscano', 1981.

GARCÍA-ORO, J. **Galicia en los siglos XIV y XV**. Tomo I (Galicia señorial), Santiago de Compostela: Instituto Padre Sarmiento, 1987.

GONÇALVES, I. Amostra de Antroponímia Alentejana do seco XV, **Do Tempo e da História**, IV, Lisboa, 1971.

GONÇALVES, I. Antroponímia das terras Alcobacenses nos fins da Idade Média, **Do Tempo e da História**, V, Lisboa, 1972.

GONÇALVES, I. Onomástica Pessoal da Lisboa de Quinhentos, **Boletim Cultural da Junta Distrital de Lisboa**, 2ª série, nºs. 79- 80. Lisboa, 1973-1974.

GRAÑA-CID, M. del M. Las órdenes mendicantes en el obispado de Mondoñedo. **El convento de San Martín de Villaoriente (1374-1500)**. Salamanca: Separata de Estudios Mindonienses, 1990.

HOOK, D. Esbozo de un catálogo cumulativo de los nombres artúricos peninsulares anteriores a 1300, **Atalaya**. Revue Française d'Études Médiévales Hispaniques, n, 7, p. 135-152, 1996.

JUSTO-MARTÍN, M, X.; LUCAS-ÁLVAREZ, M. **Fontes documentais da Universidade de Santiago de Compostela**. Pergameos da serie bens do Arquivo Histórico Universitario (Anos 1237-1537). Edición diplomática. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 1991.

LÓPEZ-FERREIRO, A. **Historia de la S^a A. M. Iglesia Catedral de Santiago**, Santiago de Compostela, 1898-1909.

LORENZO, R. **Crónica Troiana**. Coruña: Fundación Pedro Barrié de la Maza, 1985.

LORENZO, R. Documentos portugueses de Montederramo. In: Actas do XII Encontro da Associação Portuguesa de Linguística (Braga-Guimarães Setembro-Outubro de 1996), Vol. II: Linguística Histórica. **História da Linguística**. Lisboa, p. 135-156, 1997.

LOSCERTALES, P. **Tumbo de Sobrado de los Monjes**, Madrid, 1976.

LUCAS-ÁLVAREZ, M. El notariado en Galicia hasta el año 1300 (una aproximación), Notariado Público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV, **Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática**. Valencia: Generalitat Valenciana, Conselleria de Cultura, Educació i Ciència, 'Papiers i Documents-7 (Separata), 1986a.

LUCAS-ÁLVAREZ, M. **El Tumbo de San Julián de Samos (siglos VIII-XII)**. Estudio introductorio. Edición diplomática. Apéndices e índices. Santiago de Compostela, 1986b.

LUCAS-ÁLVAREZ, M.; LUCAS-DOMÍNGUEZ, P. P. **San Pedro de Ramirás**. Un monasterio femenino en la Edad Media. Santiago de Compostela, 1988.

LUCAS-ÁLVAREZ, M.; LUCAS-DOMÍNGUEZ, P. P. **El monasterio de San Clodio do Ribeiro en la Edad Media**: Estudio y documentos. Coruña: Publicacións do Seminario de Estudos Galegos, Edicións do Castro, 1996.

MACHADO, J. P. **Dicionário Onomástico Etimológico da Língua Portuguesa**. Lisboa: Ed. Confluência, 1984.

MARTÍNEZ-SALAZAR, A. **Documentos gallegos de los siglos XIII al XVI**. Coruña: Imprenta de la Casa de Misericordia, 1911.

MARQUES, J. M. da S. **Descobrimentos Portugueses** (1944), Vol. I [até 1460]. (1944), Suplemento. (1971), vol. III [1461-1500]. Lisboa.

MATTOSO, J. **Portugaliae Monumenta Historica**. A saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum ivssu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Nova serie. Volume II: Livro de Linhagens do Conde D. Pedro, Lisboa, 1980.

MATTOSO, J. **Ricos-homens, infanções e cavaleiros**. A nobreza medieval portuguesa nos séculos XI e XII. Lisboa: Guimaraes & Co. Editores, 1982.

MICHAEL, I. (ed.) **Poema de Mio Cid**. 5. ed. Madrid, 1988.

MAIA, C. de A. **História do Galego-Português**. Estado linguístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI. (Com referência à situação do galego moderno). Coimbra: I. N. I. C., 1986.

MARTINS, A. M. **Documentos Portugueses do Noroeste e da Região de Lisboa**. Da Produção Primitiva ao Século XVI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

MENÉNDEZ-PIDAL, R. **Documentos lingüísticos de España**. I. Reino de Castilla, Madrid, 1919.

MENÉNDEZ-PIDAL, R. **Manual de gramática histórica española**. 16. ed. Ed. Espasa-Calpe S.A.: Madrid, 1980a.

MENÉNDEZ-PIDAL, R. **Orígenes del Español**. Estado lingüístico de la Península Ibérica hasta el siglo XI. 9. ed. Madrid: Espasa-Calpe, 1980b.

MORLET, M. T. **Les noms de personne sur le territoire de l'ancienne Gaule du VI^a au XII^a siècle**. Tome I; — **Les noms issus du germanique continental et les créations gallo-germaniques**, Tome II; — **Les noms latins ou transmis par le latin**, Tome III; — **Les noms de personne contenus dans les noms de lieux**. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1985; 1972; 1971.

MARQUES, A. H. O. (org.). **Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV**. Volume II (1336-1340). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

MARQUES, A. H. O.; DIAS, N. J. P. P. (eds.) **Cortes Portuguesas**. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357). Lisboa: I.N.I.C., Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1982.

MARQUES, A. H. O.; DIAS, N. J. P. P. (eds.). **Cortes Portuguesas**. Reinado de D. Pedro I (1357-1367). Lisboa: I.N.I.C., Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1986.

MARQUES, A. H. O.; DIAS, N. J. P. P. (eds.). **Cortes Portuguesas**. Reinado de D. Fernando I (1367-1383), Volume I (1367-1380). Lisboa: I.N.I.C., Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1990.

MARQUES, A. H. O.; RODRIGUES, T. F. **Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV**. Volume II (1336-1340). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992a.

MARQUES, A. H. O.; RODRIGUES, T. F. **Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV**. Volume III (1340-1344). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1992b.

PALLARES-MÉNDEZ, M. Del C.; SILVA, E. P. Aristocracia y sistema de parentesco en Galicia en los siglos centrales de la Edad Media. El grupo de los Trava. **Hispania** — Revista Española de Historia, vol. LIII/185, p. 823-840, 1993.

PENSADO-TOMÉ, J. L. **Miragres de Santiago, edición y estudio crítico**. Madrid: Revista de Filología Española, Anexo LXVIII, 1958.

PENSADO-TOMÉ, J. L. **Fragmento de un “Livro de Tristan” galaico-portugues de Cuadernos de Estudios Gallegos**, Anexo XIV, 1962.

PIEL, J. M. Os nomes germânicos na toponímia portuguesa. **Boletim de Filologia**, Lisboa, II, 1933-34, p. 105-140, 224-240, 289-314; III, 1934-35, p. 37-53, 218-242, 367-394; IV, 1936-37, p. 24-56, 307-322; V, 1937-38, p. 35-57, 277-288; VI, 1940, p. 65-86, 329-350; VII, 1944, p. 357-386, e Lisboa, I, 1937; II, 1945 — 1933-1937.

PIEL, J. M. Nomes de possesores latino-cristãos na toponímia asturo-galego-portuguesa, **Biblos**, Coimbra, XXIII, 1947, p. 143-202 e 283-407, e *Archivum*, Oviedo, V, 1954, p. 74-80, 1947.

PIEL, J. M. Os nomes dos santos tradicionais hispânicos na toponímia peninsular. **Biblos**, Coimbra, XXV, 1949, p. 287-353 e XXVI, 1950, p. 281-314, 1949.

PIEL, J. M. Sobre a formação dos nomes medievais de mulher hispano-visigodos. **Estudos dedicados a Menéndez Pidal**, VI, p. 111-150, 1956.

PIEL, J. M. **Estudos de linguística histórica galego-portuguesa**. Lisboa, 1989.

PIEL, J. M.; KREMER, D. **Hispano-gotisches Namenbuch. Der Niederschlag des Westgotischen in den alten und heutigen Personen-und Ortsnamen der iberischen Halbinsel**. Heidelberg: Carl Winter, 1976.

PIEL, J. M.; MATTOSO, J. **Portugaliae Monumenta Historica**. A saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum ivssu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita. Nova serie. Volume 1: Livros Velhos de Linhagens, Lisboa, 1980.

SILVA, M. J. P.; ORO, J. G. **La Iglesia y la ciudad de Lugo en la Baja Edad Media. Los señoríos**. Las instituciones. Los hombres. Santiago de Compostela: C.S.I.C. Instituto Padre Sarmiento de Estudios Gallegos, “Cuadernos de Estudios Gallegos”, Anexo XXIV, 1997.

RECUERO-ASTRAY (dir.) **Documentos medievales del Reino de Galicia**: Doña Urraca (1095-1126). Santiago de Compostela-Coruña: Xunta de Galicia-Consellería de Cultura, 2002.

RIVAS-QUINTAS, E. **Onomástica persoal do noroeste hispano**. Lugo: Alvarellos, 1991.

ROMANÍ, M. **Colección diplomática do mosteiro cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense) 1025-1310**, v. 1, v. 2. Santiago de Compostela: Tórculo, 1989.

ROMANÍ, M.; PORTELA, J. M., RODRÍGUEZ, M. P., VÁZQUEZ, M. **Colección diplomática del monasterio cisterciense de Santa María de Oseira (Ourense) 1310-1399**, Vol. III, Universidade de Santiago de Compostela, 1993.

SERRÃO, J. V. **História de Portugal**, Volume 1: Estado, Pátria e Nação (1080-1415). Lisboa: Editora Verbo, 1976.

SPONER, M. Documentos antiguos de Galicia. In: **Anuari de l'Oficina Romànica de Lingüística i Literatura**, VII, p. 113-192, 1934.

STAAFF, E. **Étude sur l'ancien dialecte léonais d'après des chartes du XIIIe siècle**. Uppsala, 1907

TATO-PLAZA, F. R. **Libro de Notas de Álvaro Pérez, notario da Terra de Rianxo e Postmarcos (1457)**. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega/Ilustre Colexio Notarial da Coruña, 1999.

VEITES, J. I. F. de V. **Colección diplomática del monasterio de Santa María de Ferreira de Pantón**. Lugo: Diputación Provincial, 1994.



Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em História e Letras (PPGIHL)
Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (Feclesc)
Universidade Estadual do Ceará (Uece)
<https://revistas.uece.br/index.php/kixara>
revistakixara@uece.br

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

DIEGUEZ GONZALEZ, Júlio. Onomástica pessoal profana na Baixa Idade Média. **Kixará**, Quixadá, v. 2, n. 3, p. 5-30, set./dez. 2025.

Submetido em: 05/12/2025

Aceito em: 13/12/2025

Publicado em: 29/12/2025

Edição: Yls Rabelo Câmara

Diagramação: Francisco Edvander Pires Santos